

A implantação da educação financeira na Educação Básica no estado do Paraná

The implementation of financial education in Basic Education in the state of Paraná

Ana Flávia Cardoso do Carmo¹
Liceia Alves Pires²

RESUMO

Entende-se que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017-2018) veio para facilitar a implantação da educação financeira³ na Educação Básica em todo o Brasil. Na busca de compreender alguns pontos de como ocorreu essa implantação, propôs-se este artigo, que tem como objetivo investigar a implantação da educação financeira no contexto escolar, no Ensino Médio, no estado do Paraná, em especial as cidades Litorâneas de Antonina e Paranaguá. Para efetivar a pesquisa, inicialmente, realizou-se uma breve discussão sobre o que alguns autores definem como educação financeira, para uma melhor compreensão do conceito, visto que é algo relativamente novo. Em seguida, foi desenvolvido um breve levantamento histórico de como a disciplina ou o tema vêm sendo implantados no Brasil e no Estado do Paraná, por meio de diferentes fontes, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017-2018), teses, dissertações, artigos e livros que abordam o tema. Por último, foi realizada uma pesquisa com educadores das cidades de Antonina e Paranaguá para entender como ocorreu efetivamente a implantação da disciplina ou componente curricular no Ensino Médio. A pesquisa revelou que a educação financeira nas escolas brasileiras está em desenvolvimento. Reconhecida como essencial para capacitar os estudantes a lidar com questões financeiras, sua inclusão nos currículos escolares tem sido gradual e marcada por marcos como as recomendações da OCDE (2005) e a ENEF (2010). No estado do Paraná, foi integrada progressivamente ao currículo, como disciplina, a partir de 2021, no Ensino Médio.

Palavras-chave: Educação Financeira; Educação Básica; Estado do Paraná

ABSTRACT

It is understood that the National Common Curricular Base (BNCC, 2017-2018) came to facilitate the implementation of financial education in Basic Education throughout Brazil. In seeking to understand some points on how this implementation occurred, this article was proposed, with the aim of investigating the implementation of financial education in the school context, in High School, in the state of Paraná, especially in the cities of Antonina and Paranaguá. To carry out the research, initially, a brief discussion was held on what some authors define as financial education, for a better understanding of the concept, since it is relatively new. Next, a historical survey was

¹. Professora de Matemática na Educação Básica no Colégio Estadual Rocha Pombo, ensino em tempo integral, em Antonina - PR E-mail: anaflaviaacardoso@gmail.com

². Professora da Universidade Estadual do Paraná, Campus Paranaguá, da disciplina de Matemática Financeira. Email: liceia.pires@unespar.edu.br.

³ Será utilizado o termo em letra minúscula quando se tratar do tema e em letra maiúscula quando se tratar da disciplina que foi implantada na Educação Básica, no estado do Paraná.

developed on how the subject or theme has been implemented in Brazil and in the State of Paraná, through different sources, such as the National Curricular Parameters (PCN, 1998), the National Common Curricular Base (BNCC, 2017-2018), theses, dissertations, articles, and books addressing the topic. Finally, a survey was conducted with educators from the cities of Antonina and Paranaguá to understand how the implementation of the subject or curricular component in High School actually occurred. The research revealed that financial education in Brazilian schools is in development. Recognized as essential to empower students to deal with financial issues, its inclusion in school curricula has been gradual and marked by milestones such as OECD recommendations (2005) and the ENEF (2010). In the state of Paraná, it was progressively integrated into the curriculum, as a subject, starting in 2021, in High School.

Keywords: Financial Education; Basic Education; State of Paraná.

1. Introdução

Com frequência, ouve-se os seguintes questionamentos no âmbito do comércio: quanto custa este objeto? À vista terei desconto? Qual o percentual de desconto à vista? Será que vale a pena pagar juros ou é melhor economizar e pagar à vista? Outros temas, também vêm sendo divulgados e discutidos entre as pessoas, tais como investimentos, aposentadoria, endividamento, financiamentos, dentre outros, que fazem parte do cotidiano das pessoas. Entende-se que todas essas discussões podem ser debatidas no âmbito da educação financeira, que nos últimos anos vem ganhando destaque na sociedade e principalmente vem sendo inserida na educação.

Hoje em dia, percebe-se que a educação financeira vem ganhando mais destaque, seja na internet, televisão, livros didáticos e não didáticos, revistas em quadrinhos para crianças ou até mesmo nas escolas através de situação problema nas aulas de matemática ou como disciplina implantada na Educação Básica.

A Figura 1 abaixo, apresenta um exemplo de como a educação financeira vem sendo difundida em livros para crianças, como por exemplo o livro publicado pela Editora Callis destinado a crianças de 7 anos e o livro de Mauricio de Souza e Thiago Nigro, que busca levar às crianças temas como poupança, cuidados com o dinheiro, dinheiro, dentre outros.

Figura 1. Livros não escolares que tratam da educação financeira.



Fonte: <https://ouroverdemais.com.br/5-livros-de-educacao-financeira-para-criancas/>

Evidencia-se que as obras são destinadas às crianças, mostrando que a educação financeira é abordada desde a infância, e não somente em livros didáticos, a fim de ajudá-las a cuidar do seu dinheiro desde cedo.

O que os pais fazem se reflete nos filhos, e a vida financeira não é exceção. Entende-se que a forma como os adultos lidam com o dinheiro poderá influenciar diretamente a educação financeira das crianças, tornando cada vez mais importante que elas aprendam a administrar seus recursos e planejar suas vidas na adolescência e na vida adulta.

O relacionamento dos pais com as finanças, envolvendo planejamento, pagamentos, dívidas e gastos, tende a ser replicado para os filhos. Ensinar e investir na relação com o dinheiro é fundamental para que as crianças sejam responsáveis e realizem seus sonhos de adulto.

Na conjectura atual, a educação financeira não está restrita ao contexto familiar, ou até mesmo a livros não escolares, ela já está respaldada por documentos oficiais para adentrar ao campo escolar.

Até 2010, eram poucas ações voltadas para educação financeira no contexto escolar. Desta forma, pode-se inferir que, no Brasil, o seu nascimento oficial se deu a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o Decreto 7.397/2010, publicado oficialmente no dia 22 de dezembro de 2010. Foi a partir desse marco que a educação financeira passou a ser difundida, inclusive nas escolas, especialmente com a BNCC (2017 e 2018).

Na BNCC, a abordagem do tema surge em um contexto de interdisciplinaridade, onde diferentes disciplinas e saberes se relacionam. Além disso, no estado do Paraná ela

não fica restrita a temas a serem trabalhados em diferentes disciplinas, mas ela já se configura como uma disciplina autônoma no Ensino Médio, em todas as escolas do estado e no Ensino Fundamental em escolas de tempo integral.

Entendendo do que trata a educação financeira e visualizando algumas das inserções da mesma no ambiente escolar, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: como vem ocorrendo a implantação da disciplina de Educação Financeira nos municípios de Antonina e Paranaguá, no Litoral do Paraná?

Na busca de respostas para tal questionamento buscando, entender toda essa trajetória da educação financeira, até se configurar como uma disciplina na Educação Básica, é que se recorre a um percurso metodológico que envolve a pesquisa exploratória e explicativa.

A pesquisa exploratória busca ganhar familiaridade com um tópico, muitas vezes em uma área não estudada, é mais flexiva e descritiva. Por sua vez, a pesquisa explicativa visa compreender as relações de causa e efeito e aprofundar-se nos fenômenos conhecidos, validando hipóteses. As duas desempenham papéis diferentes na pesquisa científica e contribuem para o avanço do conhecimento em diferentes etapas.

Justifica-se essa escolha metodológica, pois como nos apresenta Lakatos (2003, p. 188) este tipo de pesquisa visa a descrição de determinados fenômenos, podendo ter descrições qualitativas e/ou quantitativas.

Como caminhos trilhados na pesquisa para exploração do tema, destaca-se que primeiro foi realizada uma revisão bibliográfica na busca de melhor compreender diferentes definições e abordagem sobre o tema.

Na sequência, foi realizada uma análise de documentos oficiais tais como PCN (1998), BNCC (2017-2018), Decretos, Pareceres, Resoluções do Estado do Paraná e outros trabalhos já realizados sobre o tema, para tentar traçar um percurso histórico sobre a inserção do tema na Educação Básica.

Por fim, a última etapa desse trabalho, foi a realização de entrevistas e/ou aplicação de questionários junto a diretores e professores que tiveram alguma relação com a implantação ou até mesmo que lecionaram ou lecionam a Disciplina de Educação Financeira no ensino médio, no município de Antonina e Paranaguá, no estado do Paraná, para entender como o tema vem sendo efetivamente implantado, especialmente em uma escola rural do município.

Entende-se que não existe uma única definição sobre o que vem a ser a educação financeira. Assim, entendendo esta dificuldade, no capítulo seguinte, apresenta-se

diferentes definições sobre o tema que estão sendo apresentados por diversos autores e entidades.

2. Desenvolvimento

2.1. O significado educação financeira segundo alguns autores⁴

Entende-se que por ser a educação financeira algo novo, existem diferentes conceituações sobre a mesma. Umas tendendo para uma educação financeira mais voltada a produtos financeiros e outras mais voltadas às questões comportamentais de consumo. Neste contexto, é importante destacar algumas que mostram como pode haver divergências nos conceitos.

Uma definição, que aparece em meados dos anos 2000, é dada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da seguinte forma:

é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhoram o seu bem-estar. Assim podem construir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedade responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005).

Entende-se por essa definição, dada pela OCDE, que a educação financeira está relacionada ao comportamento dos indivíduos em relação aos produtos financeiros, e que visa os ajudar na tomada de decisões que envolvem oportunidades e riscos com relação ao dinheiro, ela não se restringe ao campo educacional, mas fala da educação financeira de forma geral para todos os indivíduos, independente da escolaridade.

Outro autor pesquisado e que define o tema é Teixeira et al., (2010, p. 26), para ele a “Educação financeira é a arte de aplicar os princípios e conceitos de finanças em auxílio à tomada de decisões financeiras pessoais”. Para o autor, a educação financeira

⁴ Destaca-se que para a escolha das definições, foi realizada uma busca no Google Acadêmico, com as palavras-chave: educação financeira; histórico; definição, perspectivas. Foram encontrados 5.980 resultados, destes foram escolhidos aleatoriamente alguns que estão citados neste trabalho e que tivessem algumas aproximações e distanciamentos com o tema de pesquisa.

não é um conhecimento, ele a entende como uma arte, que envolve conceitos e que tem relação com questões financeiras, especialmente as pessoais.

Destaca-se que para a OCDE e para Teixeira *et al*, a educação financeira tem relação com decisões financeiras que devem ser feitas de forma consciente, com equilíbrio e discernimento.

Já para Neiva de Jesus (2019), a educação financeira, vem como algo que auxilia as pessoas na administração dos recursos financeiros, por meio de um processo de mudança de hábitos e costumes adquiridos há várias gerações. Portanto, não basta aprender a lidar com números, se não sabe as vantagens que esse conhecimento pode proporcionar.

Outros autores que nos apresentam uma definição é Alves e Carvalho (2020, p.34), para eles a educação financeira

tem por objetivo orientar as pessoas a entenderem como o sistema financeiro de seu país funciona e como utilizar, de forma eficaz, os seus recursos financeiros, a fim de alcançarem a sua subsistência, seus objetivos pessoais e se preparem para o futuro.

Neiva de Jesus (2019) e Alves e Carvalho (2020) têm uma posição muito semelhante, que a educação financeira auxilia no entendimento e na administração de recursos financeiros, e destacam que esse entendimento os leva a vantagens financeiras em um futuro.

Uma posição diferente é apresentada por Giordano, Assis e Coutinho (2019) que nos apresenta que,

A Educação Financeira constitui um amplo campo de investigação que mobiliza saberes, habilidades, competências, crenças e concepções envolvendo diferentes áreas do conhecimento humano, como a Matemática, a Política, a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a Psicologia, a Ética, dentre outras (Giordano, Assis e Coutinho, 2019, p.1).

Para os autores, a educação financeira não envolve apenas as habilidades e competências de gerir recursos financeiros, ela envolve as crenças, concepções e outras disciplinas que não somente àquelas ligadas às áreas exatas, como por exemplo a Sociologia, Antropologia e até mesmo a Psicologia e Ética, desta forma os autores entendem que educação financeira não é apenas poupar ou gastar e nem está somente relacionada a cálculos financeiros.

Uma outra concepção, um tanto diferente, que não fica restrita a tomada de decisões é dada por Forte (2021) a qual nos apresenta que,

a educação financeira não se resume a um conjunto de saberes puramente matemáticos ou de instrumentos de cálculo. Está amparada em áreas complexas como a Psicologia Econômica e a Economia Comportamental, e por isso acessar educação financeira e provocar mudanças de comportamento, por meio da leitura de realidade, do planejamento de vida, da prevenção e da realização individual e coletiva (Forte, 2021, p. 33).

Para a autora, a educação financeira vai muito mais além do que saber realizar cálculos para organizar a vida financeira, ela envolve outros conhecimentos, como da Psicologia Econômica, dentre outros.

Quando se trata de educação financeira no âmbito escolar, Kistemann Jr, Coutinho e Figueiredo (2020, p. 3) nos alertam que:

estabelece-se a relevância da implementação da Educação Financeira no contexto escolar, na medida em que as ações sejam, de fato, guiadas pela interdisciplinaridade. Guiadas também pela promoção de espaços em que as disciplinas escolares, por meio da mediação de seus professores, promovam espaços de reflexão e ação dos estudantes-indivíduos-consumidores.

A citação acima refere-se à importância da educação financeira estar presente no ambiente escolar e de ela ser implementada por meio da interdisciplinaridade. Acima de tudo, os debates devem promover na escola espaços para que os alunos discutam e reflitam sobre os conceitos e sobre questões de consumo.

Desta forma, na visão dos autores, as ações para a implementação da educação financeira na escola devem envolver diversas disciplinas escolares, de forma integrada, para promover uma compreensão abrangente e profunda dos conceitos financeiros. Neste processo, o professor é o mediador que promove espaços de reflexão e ação, proporcionando aos estudantes a oportunidade de se tornarem indivíduos conscientes e responsáveis no que diz respeito ao consumo.

Fazendo um comparativo entre as definições acima citadas, fica evidente que elas possuem pontos em comum, como o objetivo de melhorar a compreensão das pessoas em relação aos conceitos e produtos financeiros, promover a conscientização sobre oportunidades e riscos financeiros, capacitar os indivíduos a fazer escolhas informadas e melhorar seu bem-estar financeiro e principalmente estar atento às questões de consumo. Todas as definições também enfatizam a importância da educação financeira na formação de indivíduos responsáveis e comprometidos com o futuro.

No entanto, também existem diferenças entre as definições. Alguns pontos de divergência incluem: a) definições que enfatizam a educação financeira como um processo individual, visando aprimorar a compreensão e as competências pessoais, OCDE (2005), Kistemann⁵ (2020), Teixeira (2010) e Alves e Carvalho (2020), enquanto a de Giordano (2019) envolve diferentes áreas do conhecimento humano; b) definições que ressaltam a interdisciplinaridade e a importância da implementação da educação financeira no contexto escolar (Kistemann, 2020 e Giordano, 2019), e c) definição que apresenta a educação financeira como algo mais complexo do que simples cálculos, ela envolve questões comportamentais (Forte, 2021)

Vale destacar que todas essas diferenças nas definições refletem abordagens distintas e enfatizam diferentes aspectos da educação financeira. No entanto, todas compartilham a ideia fundamental de promover a compreensão financeira e capacitar os indivíduos a tomar decisões conscientes e responsáveis em relação ao dinheiro.

Após o entendimento do que é educação financeira, por meio do olhar de diferentes autores, entende-se a importância de compreender, por meio de um recorte histórico, como o tema vem sendo abordado por documentos e como ele adentra a Educação Básica, fazendo um breve direcionamento ao estado do Paraná.

2.2. Alguns recortes históricos sobre a educação financeira no Brasil e no estado do Paraná

Como pesquisadores na área de História da Educação Matemática entende-se a importância do estudo da constituição de uma disciplina escolar, no campo da história da educação. Para Pinto (2014, p. 126),

a história das disciplinas escolares tem se apresentado no cenário científico como um novo ramo da história da educação que vem dando visibilidade à trajetória escolar de saberes, sua constituição e as finalidades educativas que cumpriu em diferentes períodos históricos.

Evidencia-se a importância para os educadores de não apenas entender os conteúdos ou saberes de sua disciplina, mas entender a constituição da sua trajetória até se configurar como um saber escolar.

⁵ Para uma melhor organização será citado somente o nome do primeiro autor, visto os demais já foram citados acima.

Acredita-se que o estudo da constituição histórica de uma disciplina, em especial da disciplina de Educação Financeira, possa contribuir significativamente para o desenvolvimento de sua prática em sala de aula.

Compreender a evolução dos conceitos e teorias, permite ao educador ter uma visão das mudanças que ocorreram com a disciplina ao longo dos anos, capacitando-o a adotar uma postura mais crítica em sala de aula.

As pesquisas, apontaram que uma das primeiras definições que aparecem nos textos sobre a educação financeira, nos mostraram que ela surge, em 2005, com Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual lança um documento denominado: Recomendações sobre os princípios e boas práticas de educação e conscientização financeira. Nesse documento, está a definição do que é a educação financeira. Nesta definição, outrora citada, a educação financeira é um processo que leva consumidores/investidores a poderem aprimorar seus conhecimentos sobre produtos, conceitos e riscos financeiros (OCDE, 2005).

Após essa definição, em 2006, segundo Cordeiro, Costa e Silva (2018, p. 73), surge “um embrião formal da EF no Brasil” isso ocorre por meio do Decreto nº 5.685 de 25 de janeiro de 2006 o qual cria o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC).

Ressalta-se que o Comitê é formado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (PREVIC).

Já em 2007, com o objetivo de propor a estratégia nacional de educação financeira, o Conselho de Regulação e Fiscalização dos Mercados, muitas vezes designado por “COREMEC”, órgão responsável pela regulação e supervisão das atividades dos mercados financeiros e de capitais, desempenhou um papel importante na definição de regras e padrões que visam garantir a transparência, eficiência e integridade destes mercados. Podem ser compostos por representantes de reguladores, instituições financeiras e outros intervenientes relevantes, trabalhando em conjunto para garantir o bom funcionamento e a estabilidade do sistema financeiro.

E com a Deliberação nº 5, de 26 de junho de 2008, no artigo 2º são apresentados os objetivos e a diretrizes para a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Segundo Cordeiro, Costa e Silva (2018, p. 74), os objetivos da ENEF são:

I - promover e fomentar a cultura de educação financeira no país;
II - ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos;
e III - contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e capitalização(BRASIL, 2008).

A ENEF surge com o objetivo de difundir a cultura da educação financeira no Brasil, em especial, ajudando os cidadãos a compreender as questões financeiras e assim efetuar escolhas conscientes sobre a administração de seu dinheiro. Além disso, a ENEF também tem o objetivo de auxiliar na eficiência e solidez dos mercados financeiros, dentre outros.

Em 2010, por meio do Decreto 7.399 de 2010, formalizou-se a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). De acordo com Cordeiro, Costa e Silva (2018), nesse mesmo ano, foram criados o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP).

Em paralelo a esses trabalhos do COREMEC, também ocorreu uma iniciativa da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação que preside o Grupo de Apoio GAP, de um projeto piloto de educação financeira. Segundo o Ministério da Educação (2014), esse trabalho foi realizado entre os anos de 2008 a 2010.

O projeto levou a educação financeira a rede pública dos estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e do Distrito Federal onde se implantou no ensino médio. Foram disponibilizados material didático para todas as escolas envolvidas, também disponibilizado no site do MEC, os assuntos de educação financeira foram abordados nas aulas de matemática, ciências, história, geografia e português.

Segundo o Ministério da Educação (2014), depois do projeto piloto, o Banco Mundial viu que houve um aumento de poupanças de jovens que passam pelo programa, os alunos começaram a listar gastos mensais, e também houve alunos que negociaram preços.

As famílias também se beneficiam, pois temas como orçamento, planejamento e despesas bancárias estão na pauta das conversas, e as decisões de gastos são tomadas em conjunto por conta dos deveres de casa. O relatório também concluiu que os resultados sugerem que jovens com educação financeira podem contribuir para um aumento de 1% no PIB do Brasil.

No Brasil, de uma maneira mais formal e organizada em documentos oficiais da educação, a educação financeira ganha maior destaque na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi homologada em 2017, para às etapas da Educação Infantil e

do Ensino Fundamental. Já a BNCC do Ensino Médio passou por reformulações e foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 4 de dezembro de 2018.

A BNCC é um documento normativo que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo de sua educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Ela serve como referência para a elaboração dos currículos escolares em todo o país, buscando garantir uma formação mais uniforme e de qualidade para os alunos, independentemente da região do Brasil em que estejam, especialmente por oferecer uma estrutura que permite adaptar o currículo às características regionais, culturais e socioeconômicas locais, mantendo, ao mesmo tempo, a coerência com os objetivos nacionais. Isso contribui para uma educação mais alinhada com as necessidades e realidades específicas do estado, promovendo a qualidade do ensino e a equidade educacional.

Este documento estabeleceu as competências e habilidades que os estudantes brasileiros deveriam desenvolver ao longo da Educação Básica.

Antes da BNCC um dos documentos que norteavam a educação brasileira eram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados na década de 1990, com o objetivo de oferecer orientações e sugestões para a elaboração dos currículos nacionais.

Diferente da BNCC, que se configura como uma normativa que define conhecimentos, habilidades e competências que os estudantes da Educação Básica devem ter em todo o Brasil, os PCN não eram obrigatórios, eram apenas sugestões e não apresentavam de forma explícita o termo educação financeira e não citavam o termo educação financeira em seu texto.

Para Giordano, Assis e Coutinho (2019, p.1), quando os PCN foram elaborados ainda não se falava sobre a educação financeira e deste modo “os PCN se limitaram a assegurar a presença da Matemática Financeira. A BNCC ampliou o espaço da Matemática Financeira no currículo e garantiu a presença da Educação Financeira”.

Nesse trabalho faz-se referência aos PCN por entender que, por mais que não mencionassem a educação financeira e sim a matemática financeira, mesmo tratando da matemática financeira eles já traziam alguns conceitos e habilidades relacionados à temática da educação financeira, que poderia ser trabalhada de forma indireta em diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo:

É importante que os alunos percebam essas conexões. A proporcionalidade, por exemplo, que já vem sendo trabalhada nos ciclos anteriores, aparece na resolução de problemas multiplicativos, nos estudos de porcentagem, de semelhança de figuras, na matemática financeira, na análise de tabelas, gráficos e funções. Para a compreensão da proporcionalidade é preciso também explorar situações em que as relações não sejam proporcionais os contrá-exemplo (Brasil, 1998, p. 84)

A citação dos PCN destaca a importância dos alunos entenderem que existe conexão entre os conceitos de proporcionalidade e sua aplicação em diferentes contextos matemáticos. Neste sentido, a proporcionalidade e a resolução de problemas são do âmbito da matemática financeira, mas que também podem ser abordados quando se fala em educação financeira.

O documento também destaca a Matemática Comercial e Financeira como uma forma de auxílio na resolução de problemas cotidianos quando apresenta que,

para compreender, avaliar e decidir sobre algumas situações da vida cotidiana, como qual a melhor forma de pagar uma compra, de escolher um financiamento etc. é necessário trabalhar situações-problema sobre a Matemática Comercial e Financeira, como calcular juros simples e compostos e dividir em partes proporcionais pois os conteúdos necessários para resolver essas situações já estão incorporados nos blocos (Brasil, 1998, p. 86).

A citação acima evidencia a Matemática Financeira como uma ferramenta importante para ajudar os indivíduos a compreender, planejar e tomar decisões conscientes com relação ao uso do dinheiro no seu cotidiano. Entende-se que essa forma de abordagem conecta a matemática financeira à educação financeira, na medida em que torna a aprendizagem significativa e aplicável em relação as questões que envolvem o dinheiro.

Vale destacar que os PCN evidenciam a importância do desenvolvimento de habilidades matemáticas relevantes para o cotidiano dos alunos. Isso inclui a aplicação da matemática a situações financeiras, como planejamento orçamentário, cálculo de juros simples, compreensão de taxas e porcentagens de juros e muito mais, que está de certa forma, o campo de atuação da educação financeira.

Além disso, os PCN enfatizam a necessidade de um trabalho interdisciplinar, combinando conhecimentos matemáticos com conhecimentos de outras áreas, como economia e ciências sociais. Essa abordagem permite que os alunos entendam os conceitos financeiros e econômicos em um contexto mais amplo.

Como já destacado anteriormente, nos PCN, não se fazia referência a educação financeira, para Giordano, Assis e Coutinho (2019, p. 3) “É possível justificar esta

ausência, se nos ativermos ao fato de que, o termo educação financeira passa a se popularizar substancialmente a partir da elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira, em 2010". Vale ressaltar, que os PCN são da década de 1990, ou seja, bem anterior aos anos 2010, desta forma não havia como serem citados no documento.

A educação financeira ganha destaque com a BNCC (2017-2018), que como já citado, configura-se como um documento normativo que especifica como deve ser definido o currículo de toda a educação básica de forma orgânica e progressiva, que trata da aprendizagem básica.

Tanto a BNCC do Ensino Fundamental (2017) como do Ensino Médio (2018), apresentam que a educação financeira seja incorporada aos currículos e também as propostas pedagógicas, preferencialmente, de forma transversal e integradora (Brasil, 2017 e 2018)

Destaca-se que a educação financeira é mencionada em diferentes partes da BNCC (2017) especificando suas competências gerais e mencionado sua importância como citado nos documentos. Além disso, essa noção também se evidencia em muitas ações cotidianas e de outras áreas do conhecimento, como vendas e trocas mercantis, balanços químicos, representações gráficas, etc. (Brasil, 2017).

O documento também destaca que "Os alunos devem dominar também o cálculo de porcentagem, porcentagem de porcentagem, juros, descontos e acréscimos, incluindo o uso de tecnologias digitais (Brasil, 2017, p. 271)", neste contexto, evidencia-se que o aluno deve aprender os conteúdos de educação financeira para adquirir habilidades práticas para gerenciar futuramente os seus gastos, analisar seus riscos e tomadas de decisões financeiras. Entende-se que o estudo de conceitos sobre economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos abre oportunidade para discutir temas relacionados a taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos.

Nesse sentido, favorece-se o estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (Brasil, 2017, p. 271). Essa discussão também abre espaço para aplicações dos conceitos de Matemática Financeira que podem proporcionar contextos para ampliar e aprofundar conceitos, conforme preconiza o documento.

Com relação a BNCC de 2018, do Ensino Médio, ao fazer uma busca, no texto da base pelo termo educação financeira, ele aparece citado apenas uma vez, enquanto que o termo matemática financeira tem um maior destaque, como por exemplo, quando o texto

apresenta que deve-se haver uma investigação de pontos de máximo ou de mínimo em funções quadráticas que envolvem o contexto da matemática financeira (Brasil, 2018, p. 533).

Como não apareceu o termo educação financeira, optou-se por uma busca em temas que estão presentes quando do estudo da educação financeira, temas tais como: produção e consumo, receitas e despesas, orçamento familiar e pessoal, tomada de decisões, dentre outros. Destaca-se que BNCC de 2018, apresenta alguns apontamentos de tais temas, como por exemplo, o aluno deve conseguir “planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas de custo para orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões” (Brasil, 2018, p.526).

Outro apontamento faz referência aos gastos domésticos, quando apresenta que “o cálculo de áreas totais e de volumes de prismas, pirâmides e corpos redondos (cilindro e cone) em situações reais, como o cálculo do gasto de material para forrações ou pinturas de objetos cujos formatos sejam composições dos sólidos estudados” (Brasil, 2018, p. 529).

Outros temas, como consumo, também estão contemplados na BNCC de 2018. Destaca-se que esse tema está presente em outros componentes curriculares, tais como Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O documento destaca que se deve abordar o papel tanto da indústria cultural como das culturas de massa que estimulam o consumismo e que, de certa forma impacta em questões econômicas e socioambientais (Brasil, 2018).

Em síntese, a pesquisa revelou que a educação financeira ganha maior destaque, no campo educacional, com a BNCC de 2017, que faz referência ao termo de forma explícita em vários momentos de seu texto.

Na BNCC de 2018 aborda-se conceitos estudados no campo da educação financeira, mas o termo não aparece diretamente citado no decorrer do documento.

Com relação ao estado do Paraná, segundo a Agência Estadual de Notícias (AEN-PR, 2019), o estado foi selecionado na região sul para entregar um projeto piloto em 2020, um projeto da Secretaria Nacional de Educação e Esportes em cooperação com o Banco Central, no qual a educação financeira está incluída no currículo do ensino fundamental da rede nacional .

A parceria se dá por meio da iniciativa *Learning Values*, que é coordenada por um órgão autoritário federal para promover o conceito de educação financeira em escolas de todo o país, técnicos do Núcleo Regional de Educação participaram do treinamento do

programa em Curitiba. O objetivo desses servidores é ajudar as instituições de ensino de sua área a implementar o projeto que busca incorporar os conceitos básicos de economia e finanças ao currículo escolar, visando proporcionar educação financeira aos alunos, promover o aprendizado para o uso consciente do crédito, reduzir a inadimplência, reduzir o endividamento excessivo do cidadão.

Ainda com relação ao estado do Paraná, a educação financeira foi inserida no contexto escolar, devido a iniciativa do Banco Central do Brasil em Parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) no Programa Aprender Valor para crianças e adolescentes do 1º ao 9º ano do Ensino básico, programa visava determinar relações saudáveis das crianças com seus recursos pessoais.

Ao todo, 83 escolas estaduais e 92 municipais aderiram ao projeto-piloto em 2019 e iniciaram as atividades no ano passado. Apenas na rede estadual, 97 gestores e 496 professores recebem a formação. Já nas redes municipais são 96 gestores e 437 professores com acesso à formação online específica, conforme sua área de atuação. O tema é tratado de forma transversal nas disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dentro das aulas de Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2021, p. 1).

Vale ressaltar que o programa Aprender Valor é uma iniciativa do Banco Central do Brasil para:

estimular o desenvolvimento de competências e habilidades da Educação Financeira e Educação para o Consumo em estudantes das escolas públicas brasileiras. Financiado com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Programa vem sendo implantado desde o início de 2020, em caráter experimental (fase piloto), em escolas selecionadas de cinco estados (Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Paraná) mais o Distrito Federal. (APRENDER VALOR, 2023)

Vale destacar que no estado do Paraná, a educação financeira não ficou restrita a programas como os acima citados.

Segundo a Instrução Normativa nº 007/20023 – DEDUC/SEED que visa a instruir as instituições de ensino da rede pública estadual quanto à oferta e prática docente para a Educação Financeira,

para a rede pública estadual de ensino, a Educação Financeira, além de um objeto do conhecimento, também é uma Unidade Curricular obrigatória presente nas Matrizes Curriculares das instituições de ensino que ofertam o Ensino Fundamental Anos Finais em Tempo Integral e nas Matrizes Curriculares do Novo Ensino Médio (Paraná, 2023, p.1).

Nesse sentido até o ano de 2023, quando essa pesquisa foi encerrada, a Educação Financeira era uma Unidade Curricular obrigatória no Ensino Fundamental (séries finais) somente em escolas de tempo integral e também no Novo Ensino Médio, no estado do Paraná.

Nas demais instituições de Ensino Fundamental, o tópico educação financeira é estudado como um objeto de conhecimento do componente curricular de Matemática, ou seja, na disciplina de Matemática são vistos tópicos relacionados à educação financeira.

O documento indica que “no Ensino Médio, a Matriz Curricular apresenta a Educação Financeira como uma Unidade Curricular obrigatória para as três séries, em todas as ofertas e modalidades de ensino, respeitando os princípios pedagógicos de cada uma” (Paraná, 2023, p.1). Vale destacar que a implantação do componente curricular, no Ensino Médio, ocorreu no ano de 2021, em meio a um período pandêmico.

Entende-se que para o estado foi um grande evento a sua implantação na Educação Básica, justifica-se esse entendimento pois no dia 6 de maio de 2021, para comemorar o Dia Nacional da Matemática, o governo do estado do Paraná lançou um Supercurso de educação financeira.

Participaram do evento o governador provincial Carlos Massa Ratinho Junior, o vice-governador Darci Piana, o secretário estadual de Educação e Esportes Renato Feder, o fundador da XP Investimentos Guilherme Benchimol e outras autoridades; Marcelo Viana, diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); Anna Paula Hurt, professora de escola pública e Lelison Rosa, estudante on-line. Segundo a Agência Nacional de Notícias (2021, p. 1), a missão desta nova componente curricular é “formar uma nova geração que saiba gerir melhor os recursos (...) A disciplina abrange estudantes de 10 países e regiões quase 400.000 estudantes”.

A implantação do componente curricular, Educação Financeira, no Ensino Médio, foi regulamentado pelo Ofício Circular nº 015/2021 DEDUC/SEED. Segundo o documento é

a partir de 2021, de acordo com a Instrução nº 11/2021 – DEDUC/DGDE/SEED, que dispõe sobre Matriz Curricular do Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná, o Componente Curricular de Educação Financeira passa a compor a Matriz Curricular desta etapa de ensino, em suas três séries (Paraná, 2021, p.1).

Dessa forma, fica regulamentado o componente curricular em cada uma das três séries do Ensino Médio. Ainda segundo o documento, o objetivo da Educação Financeira

é “promover e fomentar a cultura da Educação Financeira no Paraná, ampliando a compreensão dos estudantes quanto à administração consciente de seus recursos financeiros, prospectando esses saberes para a sociedade” (Paraná, 2021, p. 2).

Vale destacar que o documento do estado do Paraná apresenta é composto de 3 partes, o Ofício Circular, Anexo I e Anexo II.

O Anexo 1 é intitulado “Componentes Curriculares de Educação Financeira”, primeiro apresenta a Educação Financeira, depois apresenta o currículo, o conteúdo, o planejamento e, por término, apresenta as tarefas. Em relação ao currículo, o componente curricular oferecerá 32 horas aulas trimestrais para cada série do ensino médio. Na seção de conteúdo são descritos os temas que serão abordados nas três séries.

O Anexo 2 é intitulado “Programa de Educação Financeira”, e o texto está dividido em: introdução, objetivos, justificativa, conteúdo (dividido por séries), possibilidades de abordagens metodológicas, avaliação, recomendações de recursos didáticos e, por fim, referências.

Como pode ser visto, este é um documento muito abrangente que não apenas apresenta o que será abordado na seção do curso, mas também explica detalhadamente, fornece orientações sobre como lidar com isso e as responsabilidades e componentes de todos os envolvidos.

Sobre quem serão os profissionais que atuarão como componentes do currículo, a Resolução nº 208/2021-GS/SEED esclarece no Art. 20 que trata da alocação das turmas e da prioridade de sua alocação, que dispõe apresentando que “§ 16 As aulas das disciplinas de educação financeira oferecidas no ensino médio deverão ser alocadas aos seguintes professores: Matemática, Administração ou Contabilidade, nesta ordem , respeitado o disposto nestas normas de resolução (Paraná, 2021, p. 12)”.

Em síntese, esta fase da pesquisa evidenciou que no Paraná, a importância da educação financeira está crescendo, sendo integrada de maneira abrangente, exemplificada pelo Programa Aprender Valor e posteriormente pela inserção da disciplina de Educação Financeira no currículo do Ensino Médio.

A partir da ENEF em 2010, houve um destaque do tema que foi consolidado na Educação por meio da BNCC (2017-2018). Antes dessa época já existiam algumas iniciativas como o projeto piloto do MEC entre 2008 e 2010 que de certa forma impactaram no ensino do tema em diversos estados. Entende-se que a BNCC (2017) superou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da década de 1990, introduzindo a Educação Financeira como competência.

No Paraná, o programa Aprender Valor, em parceria com o Banco Central, incluiu a educação financeira no currículo do ensino fundamental em 2020 e, em 2021, foi implantada a disciplina Ensino Médio e também no Ensino Fundamental (séries finais) em escolas de tempo integral.

Nas outras modalidades de Ensino Fundamental foi inserido um objeto do conhecimento abordado pelo componente curricular de Matemática. Toda essa inserção busca a formação de uma geração apta a gerir recursos de forma consciente.

Após o entendimento de como a educação financeira se consolida no contexto da Educação Básica e também como ela se torna uma disciplina no Ensino Médio e no Ensino Fundamental em escolas de tempo integral no estado do Paraná, partiu-se para o terceiro objetivo desse estudo, que era entender como a disciplina veio a ser implantada efetivamente, em duas cidades do litoral do estado do Paraná, nas cidades de Antonina e Paranaguá. Desta forma no capítulo que segue apresenta-se os resultados da pesquisa que foi realizada com professores e diretores da escola.

2.3.O que dizem os educadores sobre a implantação da disciplina de Educação Financeira no estado do Paraná nas cidades litorâneas de Antonina e Paranaguá

Para melhor compreensão da efetiva implantação da disciplina de Educação Financeira, optou-se por aplicar um questionário e realizar entrevistas junto a professores e diretores da Rede de Estadual de ensino do litoral do Paraná, nos municípios de Antonina e Paranaguá. Entende-se a importância dessa pesquisa, pois muitas vezes o que ser apresenta em documentos oficiais educacionais pode não ocorrer de forma efetiva na educação.

A amostra foi composta por sete educadores, entre professores e diretores, que atuaram em 2021, 2022 e 2023 em escolas onde a disciplina de Educação Financeira foi lecionada.

Dos sete pesquisados, dois eram professores de Colégios do município de Paranaguá - PR. A escolha dessa amostra de dois professores ocorreu porque, por questões de praticidade, foram contatados inicialmente dez egressos do curso de Licenciatura em Matemática de uma universidade estadual, do litoral do Paraná, na qual a pesquisadora é acadêmica, e sabíamos que estavam lecionando em colégios da rede pública de ensino. Após contato preliminar, apenas dois desses dez egressos lecionavam

a disciplina de Educação Financeira entre os anos de 2021 a 2023, e esses dois concordaram em participar da pesquisa.

Dos demais pesquisados, que eram da cidade de Antonina - PR, um foi diretor entre os anos de 2020 e 2023 em uma escola no centro da cidade e quatro foram professores em uma escola rural também no Município de Antonina. Destaca-se que, em relação a escola rural, esta está localizada na vila da Usina Hidroelétrica Governador Parigot De Souza, a uma hora do centro da cidade de Antonina. Ao redor da escola, é possível contemplar o Vale do Gigante e o Pico do Paraná. Os alunos que frequentam o colégio são moradores da região, cujos pais são agricultores.

Com relação a essa amostra de Antonina, a escolha deu-se pela proximidade com a pesquisadora, que lecionava junto a esses educadores, facilitando assim a realização da pesquisa.

Como forma de preservar a identidade dos pesquisados, optou-se por identificá-los com os termos professor (A), professor (B), professor (C), professor (D), professor (E), professor (F) e professor (G), sem identificar o município e nem a escola de trabalho.

Para os professores e diretor denominados como (A), (B), (C), (D) e (E), o questionário foi aplicado entre os meses de outubro a novembro de 2023. Já para os professores (F) e (G)⁶ foi realizada uma entrevista via Google Meet, no dia 02 de março de 2023, com duração de aproximadamente quarenta e cinco minutos.

O primeiro professor pesquisado foi o professor (A), que afirmou que não ministrou aulas de Educação Financeira e não se recordava sobre a sua implantação no colégio. Portanto, não pôde responder o questionário proposto.

Por outro lado, o professor (B) relatou que, ao iniciar sua carreira docente no ano de 2021, a disciplina de Educação Financeira já existia, embora ele não a tenha lecionado. Ele tinha conhecimento de que a Secretaria de Educação disponibilizava slides e planos de aulas para os professores, por meio de uma plataforma na internet denominada de Registro de Classe Online (RCO)⁷, e ressaltou que o conhecimento que ele possuía sobre a disciplina é que ela aborda a realidade do aluno.

⁶ A escolha pela entrevista ou pelo questionário ficou a cargo dos professores. A maioria deles optou pelo questionário pois alegaram que era mais fácil e viável.

⁷ É um sistema disponível para os professores da Rede de Ensino do Paraná com planos de aula específicos para as disciplinas e séries, sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos. Pelo RCO os professores podem fazer também o registro on-line de frequência. Fonte: <https://www.educacao.pr.gov.br/servicos/Educacao/Professores-e-servidores/Acessar-Registro-de-Classe-On-line-da-Rede-de-Ensino-RCO-JGoM5vo0>

O professor (C) relatou que foram disponibilizados slides e planos de aulas através do RCO, mas, quando a matéria foi introduzida, ele já estava lecionando e acabou recebendo tudo pronto. Também destacou que a disciplina foi implementada sem uma votação dos professores para incluí-la no contexto escolar, e explicou que, os materiais fornecidos não condiziam com a realidade dos alunos, procurava recursos que se alinhasssem melhor à vivência dos estudantes, visando facilitar a compreensão do conteúdo.

O professor (D) esclareceu que, no início da implementação da Educação Financeira, não houve preparo nem curso para os professores iniciarem as aulas. No entanto, atualmente, existe um curso dedicado à formação dos professores nessa disciplina, proporcionando maior conhecimento sobre o tema. Ele também destacou que os professores, por meio do RCO, contam com suporte, incluindo slides e planos de aula, para facilitar a ministração das aulas.

O professor (E), que atuava como diretor de uma escola, esclareceu que desde 2011 ministrava aulas na rede de educação básica, atuando como diretor auxiliar desde 2020. Ele compartilhou que soube da matéria de educação financeira devido à alteração na grade curricular, mencionando que teve um documento orientador e um caderno do ICE. Ainda relatou que, como estava a frente da direção, não ministrou aula de Educação Financeira e, por isso, não tinha como dar mais detalhes sobre a mesma.

Quanto à entrevista com os professores (F) e (G), eles relataram que o componente curricular Educação Financeira foi implantado na escola em que eles trabalhavam no ano de 2021, no Ensino Médio, com uma hora aula em cada série.

Os entrevistados comentaram que o componente curricular já vem organizado, aula a aula, no sistema que o Governo do Estado Utiliza nas aulas, é o RCO, que oferece diversas funcionalidades, incluindo a chamada, e também, uma seção do planejamento de cada disciplina.

Foi mencionado que no RCO as aulas vem organizadas em vídeos e slides, e que há uma recomendação da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR) para seguir as orientações contidas no RCO. Com isso, eles não sentiram dificuldades em lecionar o componente curricular.

Durante a entrevista, foi questionado se eles utilizaram outros materiais que não estão no RCO. Tanto o professor (F) quanto o professor (G) responderam que sim, e que recorrem a materiais da internet e livros. Além disso, ocasionalmente, utilizaram como estratégia didática o uso de jogos.

O professor (G) ainda ressaltou que os materiais adicionais que ele utiliza são para abordar temas solicitados pelos alunos e que não estão nos materiais da SEED. Ele citou por exemplo o *Bitcoin*, que é uma criptomoeda, que desperta muita curiosidade entre os alunos. Já o professor (F) destacou alguns conteúdos presentes no RCO, na sua visão, não fazem parte da realidade do aluno, como por exemplo investir em bolsa de valores, desta forma ele complementam com temas que os alunos mais tem interesse e que solicitam que eles abordem.

Esse professor também relata que as aulas do RCO “tem predominantemente uma perspectiva neoliberal, colocando muita responsabilidade sobre as questões financeiras no aluno e na família, isentando o estado (Entrevista do professor (F))” e que não há, por exemplo, uma crítica ao sistema tributário e nem as desigualdades sociais. No entanto, contrapõe essa ideia, quando relata que existem em algumas aulas abordagem mais críticas, como por exemplo, quando exploram os temas de consumismo consciente e descartes de resíduos.

Quando questionados se já receberam uma capacitação para trabalhar com o componente curricular de Educação Financeira, tanto o entrevistado (F) como o (G) responderam que não. Que a única instrução que receberam era para acessarem o RCO e que lá encontrariam todas as informações que necessitavam para lecionar.

Ao final da pesquisa com os sete educadores, ficou evidente que a disciplina ou componente curricular de Educação Financeira foi introduzida nas escolas em 2021, no Ensino Médio, sem uma explicação clara para os professores sobre sua inserção. Além disso, não houve um preparo adequado por parte da SEED, como cursos ou palestras, para orientar os educadores na ministração dessa disciplina.

Também foi evidente que aos professores foi orientado o uso do RCO como forma de organização para as aulas, pois a plataforma continha todos os conteúdos preparados dia a dia, com vídeos e apresentações de slides. Embora fosse uma recomendação da SEED, os professores relataram que tinham liberdade para trazer conteúdos adicionais além do material disponibilizado, o que permitia uma certa flexibilidade na abordagem das aulas.

3. Considerações finais

A implementação da Educação Financeira nas escolas do Brasil ainda está em fase de desenvolvimento, mas tem havido um crescente interesse e ação nesse campo ao longo das últimas décadas.

Reconhece-se a importância da Educação Financeira como uma disciplina ou componente curricular fundamental para capacitar os estudantes a lidar com as complexidades do mundo financeiro atual, fornecendo-lhes maior segurança financeira e uma base sólida para o desenvolvimento de suas vidas pessoais e profissionais.

Ao realizar a revisão bibliográfica para compreender as diferentes abordagens da educação financeira, a pesquisa revelou uma diversidade de conceitos associados a esse termo. Essas abordagens variam desde aquelas que buscam aprimorar a compreensão dos indivíduos sobre produtos financeiros até aquelas que enfatizam a aplicação de princípios financeiros na tomada de decisões pessoais. Por exemplo, definições como da OCDE (2005), ressaltam a importância de escolhas bem informadas, enquanto outras, como as de Giordano, Assis e Coutinho (2019), buscam incluir diversas áreas do conhecimento humano. Além disso, há autores que destacam a importância da implementação da educação financeira no ambiente escolar, enfatizando a interdisciplinaridade, quem defende tais ideias são Kistemann Jr., Coutinho e Figueredo (2020).

Apesar das diferentes definições, todas têm um ponto em comum que é da promoção da compreensão financeira e capacitação dos indivíduos na tomada de decisões de forma consciente.

Através de análise de documentos oficiais tais como PCN (1998), BNCC (2017, 2018) e documentos do estado do Paraná, como Ofícios, Resoluções Normativas e Instruções foi possível identificar marcos importantes relacionados ao surgimento da educação financeira. O primeiro marco encontrado foram as recomendações da OCDE em 2005, seguidas pela criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010. Essa estratégia resultou em mudanças significativas na educação brasileira, especialmente com a inclusão do tema nos currículos escolares, com destaque a Base Nacional Comum Curricular (BNCC- 2017 e 2018).

Com relação ao estado do Paraná, a pesquisa revelou que, a educação financeira foi progressivamente integrada ao currículo escolar. Inicialmente, isso ocorreu por meio de iniciativas como Programa aprender Valor (2020). Posteriormente, em 2021, houve a

implantação da disciplina no Ensino Médio, em todas as séries, além de ser incluída na Educação Básica em escolas de tempo integral.

Ao investigar a implementação da Educação Financeira nos municípios de Antonina e Paranaguá, no estado do Paraná, por meio das entrevistas e questionários com sete educadores, confirmou-se que a disciplina foi de fato implantada em 2021, como indicado anteriormente por documentos estaduais.

Além disso, os pesquisados mencionaram o Sistema de Registro de Classe (RCO) como ferramenta de apoio e de orientação para os professores da educação financeira. No entanto, eles ressaltam que têm a liberdade para abordar temas diferentes bem como metodologias diferentes das postadas no RCO. Também observaram que não houve nenhuma instrução formal ou capacitação para lecionar o componente, por parte da SEED.

Os entrevistados, em alguns momentos, relataram a ausência de discussões sobre temas mais críticos, tais como sistemas tributários, papel do estado nas questões econômicas, para eles existe uma certa delegação de responsabilidades financeiras aos alunos e isenção do estado.

Após cumprir com os três objetivos específicos propostos, podemos apresentar que ao buscar respostas ao objetivo geral que era investigar a implantação da educação financeira no contexto escolar, dando ênfase ao estado do Paraná, especialmente nas cidades de Antonina e Paranaguá, a pesquisa revelou que a educação financeira continua ganhando destaque nas discussões sobre a educação no Brasil. As escolas têm buscado formas de implementar a educação financeira em seus currículos, seja por meio de disciplinas específicas, projetos interdisciplinares ou atividades extracurriculares.

Ainda com relação ao cenário nacional, a pesquisa evidenciou que instituições educacionais, órgãos governamentais e entidades financeiras estão colaborando para o desenvolvimento de materiais didáticos, programas de capacitação e campanhas de conscientização sobre a importância da Educação Financeira nas escolas.

Embora a educação financeira ainda enfrente desafios, como a falta de capacitação dos educadores e a necessidade de recursos adequados, o interesse e o esforço para sua implementação estão crescendo progressivamente nas escolas do Brasil.

Referências

AEN. Agência Estadual de Notícias do Estado do Paraná. **O Paraná vai incluir educação financeira na rede estadual.** 2019. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Paraná-vai-incluir-educação-financeira-na-rede-estadual>. Acesso em 16 de fev. 2023.

AGENCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Programa Aprender Valor leva Educação Financeira a mais de 3 mil estudantes de 175 escolas.** Paraná, Governo do Estado, 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Programa-Aprender-Valor-leva-Educacao-Financeira-mais-de-3-mil-estudantes-de-175-escolas>. Acesso em 20 de fev. 2023.

ALVES, M. B. E; CARVALHO, A.B. Finanças pessoais: um estudo sobre a relação entre o conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal. **Revista Valore**, [S.l.], v. 5, p. 340-354, 2020. ISSN 2526-043X. Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/867/645>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais : Matemática / Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília : MEC / SEF, 1998.

BRASIL. Deliberação nº 5, de 26 de junho de 2008. Estabelece diretrizes e objetivos para a Estratégia Nacional de Educação Financeira e prorroga o prazo para o Grupo de Trabalho, constituído pela Deliberação Coremec nº. 3, de 31 de maio de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Ministério da Fazenda, Brasília, DF, 08 jul. 2008. Seção 1, p. 32.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 26 set. 2025

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V; SILVA, M. N.da. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69 – 84, 2018

FORTE, C. (Org.) **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)** [livro eletrônico] : em busca de um Brasil melhor / Claudia M. J. Forte. -- 2. ed. -- São Paulo, Riemma Editora. 2021.

GIORDANO, C. C.; ASSIS, M. R. da S. ; COUTINHO, C.de Q. e S. A educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Em Téia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 10, n. 3, 2019.

NEIVA DE JESUS, L. M. (2019). Finanças pessoais: um estudo sobre as contribuições da educação financeira para a qualidade de vida. **Textura**, 13(21), 74 - 82. Disponível em: <https://textura.emnuvens.com.br/textura/article/view/331>. Acesso em 24 de nov. 2023.

KISTEMANN JR. M. A.; COUTINHO, C. de Q. e S; FIGUEIREDO, A.de C. Cenários e desafios da educação financeira com a Base Curricular Comum Nacional (BNCC): Professor, Livro Didático e Formação. **Em Téia - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, vol. 11, n. 1, 2020.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5^a ed. São Paulo. Atlas. 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Assessoria de Comunicação Social. **Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio**, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/20340-conferencias-sobre-educacao-financeira-acontecerao-em-maio>. Acesso em 08 de mar. 2023.

OCDE. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. Directorade for Financial and Enterprice Affairs. Jul. 2005. Texto traduzido disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/%5BPT%5D%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso em 06 de dez. 2022.

PARANÁ. Ofício Circular n.º 015/2021 – DEDUC/SEED - REVOGA o Ofício Circular nº 009/2021 – DEDUC/SEED que trata da Educação Financeira. Curitiba, 2021.

PARANÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED. Resolução n.º 208/2021 – GS/SEED:Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro Único de Pessoal – QUP e aos professores contratados em Regime Especial nas instituições estaduais de ensino do Paraná, 2021.

PARANÁ. Instrução Normativa nº 007/2023 - DEDUC/SEED. Instrui as instituições de ensino da rede pública estadual quanto à oferta e prática docente para a Educação Financeira. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Educacao-Financeira>. Acesso em 01 de fev. 2023.

PINTO, N. B. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teóricos-metodológicos de uma prática historiográfica. **Rev. Diálogo Educacional**, Curitiba, 2014.

TEIXEIRA, A. de O.E et al. **Vantagens e desvantagens da implantação da disciplina educação financeira nas escolas de ensino médio na cidade de Pinhais – PR**, Pinhais/PR 2010. 2010. 82 f. Monografia (Graduação em Administração de Empresas) – Faculdades de Pinhais, Pinhais, 2010.

Recebido em: 01/03/2024

Aprovado em: 01/10/2025



Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional